

Projeto de Lei nº 5120, de 2019

Iniciativa: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Ementa:

Altera o 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar automático o efeito da condenação de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano nos crimes praticados com o abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.

Explicação da Ementa:

Pune com a perda da função pública todo e qualquer crime praticado com o abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano (como o crime de peculato (art. 312 do Código Penal) e o crime de concussão (art. 316 do Código Penal)). Dessa forma, evita-se que condenados por crimes graves continuem se valendo do exercício do cargo, função ou mandato eletivo para praticar crimes, bem como permaneçam recebendo, injustamente, os seus vencimentos mensais.

Assunto: Administração Pública - Agentes Públicos

Data de Leitura: 17/09/2019

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 03/06/2024 - Comissão de
Constituição, Justiça e Cidadania

Destino: -

Último estado: 07/07/2023 - AGUARDANDO
DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Despacho:

17/09/2019

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

17/09/2019

Decisão da Presidência

Anexação

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 18/02/2021 -
Alteração na composição da comissão)

TRAMITAÇÃO

07/07/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLS nº 1, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 135, 376 e 671, de 2015; PLS nº 80, de 2016; PLS nº 79, de 2018; PL nº 2712, 2726, 2897, 3067, 3464, 3676, 3677, 3703, 3805, 4011, 4233, 4305, 4431, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5221, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6216, 6304, 6419, 6482 e 6584, de 2019; PL nº 481, 482 e 495 de 2020).

07/07/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A matéria retorna à CCJ, para ser anexada ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos do art. 374, II, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 37-42 - DSF nº 113

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

18/02/2021 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

18/09/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.

Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 658, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052 e 5120, de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.).

17/09/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.

À CCJ, para ser anexado ao PLS 236/2012, nos termos do art. 374, II, do RISF.
(Este processado contém três folhas numeradas)

Publicado no DSF Páginas 1396 - DSF nº 139

Publicado no DSF Páginas 1392-1395 - DSF nº 139

17/09/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº170, em 17/09/2019.

DOCUMENTOS

PL 5120/2019

Data: 17/09/2019

Autor: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar automático o efeito da condenação de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano nos crimes praticados com o abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.

Avulso inicial da matéria

Data: 17/09/2019

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À CCJ, para ser anexado ao PLS 236/2012, nos termos do art. 374, II, do RISF.
(Este processado contém três folhas numeradas)

Descrição/Ementa: -